



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "D" AO Nº 042 QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA
ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD</p> <p>Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder</p> <p>Humberto Costa - PT (22,25)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (3,34)</p> <p>Benedito de Lira (11,18,45)</p> <p>Walter Pinheiro (31,37,44)</p> <p>Telmário Mota (4,36,43)</p> <p>Regina Sousa (42)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 14</p> <p>Humberto Costa (22,25)</p> <p>Vice-Líderes do PT</p> <p>Paulo Rocha (30)</p> <p>Walter Pinheiro (31,37,44)</p> <p>Lindbergh Farias (32)</p> <p>Fátima Bezerra (35)</p> <p>Líder do PDT - 6</p> <p>Acir Gurgacz (3,34)</p> <p>Vice-Líder do PDT</p> <p>Telmário Mota (4,36,43)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Benedito de Lira (11,18,45)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder</p> <p>Alvaro Dias - PSDB (21)</p> <p>Vice-Líder</p> <p>Ataídes Oliveira (38)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Paulo Bauer (23,40)</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (41)</p> <p>Líder do DEM - 5</p> <p>Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM</p> <p>José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder</p> <p>Lídice da Mata - PSB (16,29)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>José Medeiros (15,19,28)</p> <p>Vanessa Grazziotin (20,27)</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6</p> <p>João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB</p> <p>Roberto Rocha (46)</p> <p>Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros (15,19,28)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (20,27)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder</p> <p>Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Blairo Maggi (9)</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p>Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (2,7)</p>	

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1.1 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 660/2014

Ata da 2ª Reunião, realizada em 17 de março de 2015..... 004

1.1.2 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 661/2014

Ata da 1ª Reunião, realizada em 19 de março de 2015..... 006

1.1.3 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 663/2014

Ata da 1ª Reunião, realizada em 19 de março de 2015..... 007

1.1.4 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 664/2015

Ata da 1ª Reunião, realizada em 19 de março de 2015..... 008

1.1.5 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 665/2014

Ata da 1ª Reunião, realizada em 19 de março de 2015..... 010

Ata da 2ª Reunião, realizada em 25 de março de 2015..... 011

1.1.6 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 668/2015

Ata da 1ª Reunião, realizada em 19 de março de 2015..... 017

1.1.7 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 670/2015

Ata da 1ª Reunião, realizada em 19 de março de 2015..... 018

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 660, DE 2014, PUBLICADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2014, QUE “ALTERA A LEI Nº 12.800, DE 23 DE ABRIL DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE AS TABELAS DE SALÁRIOS, VENCIMENTOS, SÓLDOS E DEMAIS VANTAGENS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES CIVIS, AOS MILITARES E AOS EMPREGADOS ORIUNDOS DO EX-TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA INTEGRANTES DO QUADRO EM EXTINÇÃO DE QUE TRATA O ART. 85 DA LEI Nº 12.249, DE 11 DE JUNHO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14H30MIN, NO PLENÁRIO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia dezessete de março de dois mil e quinze, no Plenário número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 660, de 2014, com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Omar Aziz, José Pimentel, Angela Portela, Telmário Mota, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Randolfe Rodrigues, João Capiberibe e Fernando Collor; e dos Deputados Marinha Raupp, Cabuçu Borges, Manoel Junior, Jozi Rocha, Fernando Monteiro, Professora Marcivania, Fabiano Horta, Silas Câmara, Jhonatas de Jesus, Wellington Roberto e Roberto Góes. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, o Deputado Izalci. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e informa que em virtude do início da 55ª Legislatura, foi designada nova comissão, fazendo-se necessária nova eleição para Presidente e Vice-Presidente. A Presidência comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Senador Valdir Raupp e do Deputado Manoel Junior para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Senador Valdir Raupp, Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Deputado Silas Câmara como Relator e o Senador Randolfe Rodrigues como Relator Revisor. A Presidência comunica que há sobre a Mesa o Requerimento nº 1, de autoria do Deputado Silas Câmara, solicitando a realização de Audiência Pública. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Usam da palavra os seguintes parlamentares: Senador José Pimentel e Deputado Manoel Junior. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eleito, Senador Valdir Raupp, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Valdir Raupp**, Presidente Eleito.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 660, de 2014.

A Presidência comunica que, em 10 de dezembro de 2014, a Comissão foi instalada, ocasião em que foram eleitos para Presidente e Vice-Presidente o Senador Valdir Raupp e o Deputado Manoel Junior, respectivamente.

Informo que, em virtude do início da 55ª Legislatura, foi designada nova comissão, fazendo-se necessária, portanto, nova eleição para Presidente e Vice.

De acordo com o disposto no §1º do art. 3º da Resolução nº 1, de 2002, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal; e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordos de Lideranças para a eleição da Mesa. Informo que foram indicados, pela Liderança, para Presidente, o Senador Valdir Raupp; e, para Vice-Presidente...

Lógico que vamos ter que ter um entendimento no sentido de que seja apresentado nome para que a Comissão possa votar.

Plenário, faremos a eleição da Mesa por aclamação.

As Sras e os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações...

Agora, está faltando o Vice. Quem é o Vice?

Com a indicação só do Presidente, porque, até agora, não houve entendimento no sentido de se indicar o Vice-Presidente.

Considerando que não existe acordo para a indicação do Vice-Presidente, informamos à Comissão que haverá eleição apenas para o candidato a Presidente, que será o Senador Valdir Raupp.

Então, submeto à apreciação do Plenário a eleição do Presidente por aclamação.

As Sras Senadoras, os Srs. Senadores, as Sras Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Aprovado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Convido S. Ex^a o Presidente Senador Valdir Raupp para assumir o seu posto.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Boa tarde a todas as Sras e aos Srs. Parlamentares, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas. Agradeço ao Presidente eventual que presidiu esta reunião para a escolha dos membros da Mesa Diretora, Senador Benedito de Lira.

Convidaria já, de imediato, o Relator Deputado Silas Câmara para tomar assento à Mesa, já que já foi acordado entre as Lideranças que o Relator desta matéria, desta Medida Provisória, na Comissão Mista, será o Deputado Silas Câmara do Estado do Amazonas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Primeiro, eu quero parabenizá-lo pela forma com que V. Ex^a conduz os trabalhos e pela sua dedicação nas questões nacionais, mas sempre com o olhar voltado para a Região Norte, o seu Estado, o nosso Estado de Rondônia, os outros territórios.

Nós elegemos por aclamação V. Ex^a, no final do ano passado, o compromisso político aqui com o nosso Benedito de Lira, que é o que tem mais juventude acumulada, depois da minha pessoa, que conduziu.

E nós temos um compromisso de indicar o Deputado Manoel Junior para ser o Vice-Presidente, se V. Ex^a concordar.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Perfeitamente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – E indicar o Silas Câmara, que é nosso Relator, – que já era, continua – e o Randolfe Rodrigues para ser o Relator Revisor. É um acordo político, Presidente, que nós fizemos com todas as lideranças, tanto da Câmara, como do Senado. Se V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Perfeitamente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ... concordar, nós poderíamos fazer a eleição do Vice-Presidente, também, por aclamação, porque é acordo político.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, nobre Senador José Pimentel, V. Ex^a tem se demonstrado um grande Líder, no Congresso Nacional, sempre atento, sempre articulado, e que dá muito trabalho, principalmente na instalação destas comissões mistas para apreciação das medidas provisórias.

O apelo de V. Ex^a será acolhido, e eu já coloco, imediatamente, em votação, a indicação do Vice-Presidente, Deputado Manoel Junior, para a Vice-Presidência desta Comissão.

Quem estiver de acordo...

As Sras e os Srs. Parlamentares que concordam com a indicação, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovada. *(Palmas.)*

Declaro eleito, por aclamação, o Sr. Deputado Manoel Junior, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Deputado Manoel Junior.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Vou agradecer primeiro a V. Ex^a, os membros desta Comissão, a confiança, e dizer, Presidente, que estou à sua disposição para que a gente possa, não só encaminhar, mas com celeridade, precisão e rapidez deste Deputado brilhante, Relator Silas Câmara, poder produzir aqui em favor dessas terras extraordinárias que tivemos a oportunidade, nesse final de ano, de conhecer.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Já convido o Vice-Presidente, Deputado Manoel Junior, para compor a Mesa, ao mesmo tempo em que designo como Relator desta Comissão Mista o Deputado Federal Silas Câmara e, como Relator Revisor, o Senador Randolfe Rodrigues. *(Palmas.)*

V. Ex^{as} poderão também tomar assento à Mesa.

Temos um requerimento sobre a Mesa para realização de audiência pública, de autoria do Deputado Silas Câmara, Relator da Medida Provisória.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento, por favor, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Presidência comunica que, em virtude do curto prazo de tramitação da Medida Provisória, que se encerra no próximo dia 12 de maio, a audiência será realizada na data de hoje. Fica, então, convocada a 3ª Reunião da Comissão, para as 14 horas e 45 minutos, tendo em vista que agora são 14 horas e 40 minutos, neste mesmo plenário. A princípio seria no plenário 6, mas, tendo em vista que as outras reuniões não ocorrerão neste plenário, nós vamos dar como ato contínuo a audiência pública aqui neste plenário.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. e as Sras Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, e voltamos aos trabalhos da audiência pública daqui a 5 minutos.

(Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 40 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 661, DE 2014, PUBLICADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE “AUTORIZA A UNIÃO A CONCEDER CRÉDITO AO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES E A DESTINAR SUPERÁVIT FINANCEIRO DAS FONTES DE RECURSOS EXISTENTES NO TESOURO NACIONAL À COBERTURA DE DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2015, ÀS 9H30MIN, NO PLENÁRIO Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia dezanove de março de dois mil e quinze, no Plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 661, de 2014, com a presença dos Senadores Eunício Oliveira, Omar Aziz, Sérgio Petecão, José Pimentel, Regina Sousa, Walter Pinheiro, Tasso Jereissati, João Capiberibe e Blairo Maggi; e dos Deputados Leonardo Quintão, Nelson Marquezelli, Rogério Peninha Mendonça, Manoel Junior, Jorge Córte Real, Fernando Monteiro, Fernando Coelho Filho, Afonso Florence, Weliton Prado, Chico D’Angelo, João Daniel, Celso Russomanno, Wellington Roberto e Zé Silva. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Senador Sérgio Petecão e do Deputado Manoel Junior para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Manoel Junior, Vice-Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Deputado Leonardo Quintão como Relator e o Senador Blairo Maggi como Relator-Revisor. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às nove horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente Eleito, Deputado Manoel Junior, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Deputado **Manoel Junior**, Vice-Presidente Eleito.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 661/2014.

A Presidência informa que, tendo em vista o final da 44ª Legislatura e sendo esta Comissão a primeira a ser instalada na nova legislatura, foi feito um acordo entre as presidências da Câmara e do Senado, ouvidos os Líderes partidários, sendo definido que cabe ao Senado Federal a Presidência desta Comissão e à Câmara dos Deputados, a relatoria.

As próximas comissões mistas a serem instaladas respeitarão o rodízio previsto no §1º do art. 3º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Portanto, comunico que há acordo de lideranças para a eleição da mesa. De forma que foram indicados pelas lideranças para Presidente desta Comissão o Senador Sérgio Petecão, para Vice-Presidente o Deputado Manoel Junior.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro eleitos por aclamação os Sr. Presidente Senador Sérgio Petecão e o Sr. Vice-Presidente Deputado Manoel Junior.

Passo a Presidência a S. Exª, o Deputado Manoel Junior, considerando que o Senador Presidente não se encontra.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Senador Benedito de Lira, que preside a instalação desses trabalhos das Comissões Especiais de Medida Provisória, gostaria de designar como Relator e Relator Revisor da Medida Provisória, os Srs. Deputados Leonardo Quintão e Senador Blairo Maggi respectivamente.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.
Os Srs. Parlamentares que concordam com a mesma permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovada.
A ata será encaminhada à publicação.
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 38 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 663, DE 2014, PUBLICADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE “ALTERA A LEI Nº 12.096, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2015, ÀS 9H40MIN, NO PLENÁRIO Nº 3, DA ALA SENADOR ALEX-ANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia dezenove de março de dois mil e quinze, no Plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 663, de 2014, com a presença dos Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Benedito de Lira, Regina Sousa, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ana Amélia, José Serra, Ataídes Oliveira, Blairo Maggi; e dos Deputados Baleia Rossi, Jorge Côrte Real, Manoel Junior, Nelson Markezelli, Fernando Monteiro, Alfredo Kaefer, Luiz Lauro Filho, Andres Sanches, Enio Verri. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Deputado Baleia Rossi e do Senador Telmário Mota para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Baleia Rossi, Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Senador Ataídes Oliveira como Relator e o Deputado Andres Sanchez como Relator-Revisor. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Clarissa Hayashi, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Benedito de Lira, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – **Senador BENEDITO DE LIRA**, Presidente Eventual.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 663, de 2014.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece rodízio na direção das Comissões destinadas a apreciar medidas provisórias e em virtude do término da 54ª Legislatura, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a relatoria sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa. E informo que foram indicados pelas Lideranças para a Presidência o Deputado Baleia Rossi e para a Vice-Presidência o Senador Telmário Mota.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. *(Pausa.)*

Os Srs. Parlamentares que concordam com a indicação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Declaro eleitos, por aclamação, o Sr. Presidente, Deputado Baleia Rossi, e o Sr. Vice-Presidente, Senador Telmário Mota.

Convido o Presidente para assumir o seu posto. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Baleia Rossi. PMDB – SP) – Bom dia, Srs. e Sras Parlamentares.

Gostaria de agradecer a indicação do meu Partido, o PMDB, para presidir esta Comissão, e a confiança do Plenário pela eleição.

Designo, como Relator da medida provisória, o Senador Ataídes Oliveira e, como Relator revisor, o Deputado Andres Sanchez.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da Ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, quero agradecer a condução dos nossos trabalhos pelo Senador Benedito de Lira e registrar que a juventude acumulada é também símbolo de conhecimento. E S. Ex^a, nesta manhã, conseguiu instalar, por acordo, seis medidas provisórias. Portanto, parabéns pelo trabalho!

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Quero agradecer a V. Ex^a, Senador. O comando é de V. Ex^a, como Líder do Congresso Nacional. E gostaria de agradecer, sem dúvida nenhuma, aos Senadores e Deputados e a todos que aqui se encontram.

Um grande abraço e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Baleia Rossi. PMDB – SP) – Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 38 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 664, DE 2014, PUBLICADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE “ALTERA AS LEIS Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991, Nº 10.876, DE 2 JUNHO DE 2004, Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, E A LEI Nº 10.666, DE 8 DE MAIO DE 2003”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2015, ÀS 9H50MIN, NO PLENÁRIO Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia dezenove de março de dois mil e quinze, no Plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 664, de 2014, com a presença dos Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, José Pimentel, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Tasso Jereissati, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, João Capiberibe, Blairo Maggi; e dos Deputados Carlos Marun, Arnaldo Faria de Sá, Laercio Oliveira, Sergio Souza, Walter Alves, Luiz Carlos Busato, Fernando Monteiro, Glauber Braga, Afonso Florence, Carlos Zarattini, Padre João, Celso Russomanno, Gorete Pereira e Wellington Roberto. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Senador José Pimentel e do Deputado Carlos Zarattini para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Registrado voto contrário do Deputado Arnaldo Faria de Sá. O Deputado Arnaldo Faria de Sá apresenta questão de ordem, questionando sobre a constitucionalidade da Medida Provisória nº 664, de 2014. O Presidente reitera que tal aspecto é de competência do Presidente do Congresso Nacional quando da leitura da Medida Provisória e, posteriormente, da Comissão Mista designada, não cabendo ao Presidente do colegiado decidir unilateralmente sobre a constitucionalidade da matéria. Compromete-se a Presidência a submeter o questionamento do Deputado Arnaldo Faria de Sá ao Presidente do Congresso Nacional. Assume a direção dos trabalhos o Senador José Pimentel, Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Deputado Eduardo da Fonte como Relator e o Senador Telmário Mota como Relator-Revisor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e um minuto, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Benedito de Lira, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente Eventual.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 664/2014.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, do Congresso Nacional, de 2002, que estabelece o rodízio da direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias e, em virtude do término da 54ª Legislatura, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de lideranças. Para a eleição da mesa, informo que foram indicados, pelas Lideranças, para Presidente, o Senador José Pimentel, e para Vice-Presidente, o Deputado Carlos Zarattini.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da mesa por aclamação, considerando que há acordo de lideranças, e não há disputa.

Os Srs. Parlamentares que concordam com a indicação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O meu voto contrário, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Aprovado, com o voto contrário do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Pois não. V. Exª tem a palavra para fazer a questão de ordem.

Um momento, Deputado Arnaldo Faria de Sá. Vou convidar o Presidente, que já está eleito, para que tome assento...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Trata-se de uma questão de ordem a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – A mim?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Pois não. Então,...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Questão de ordem a V. Exª, baseada nos seguintes termos:

O art. 246 da Constituição Federal veda a edição de medida provisória para regulamentar matéria oriunda de emenda constitucional.

As questões tratadas na Medida Provisória nº 664 – pensão – são medidas constitucionais. Portanto, nos termos do art. 246, da Constituição, não poderiam ser alteradas por medida provisória.

Essa é a questão de ordem que faço a V. Exª. Por ser inconstitucional, o Presidente da instalação é deve decidir sobre esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Recebo a questão de ordem levantada por V. Exª, mas, à proporção que a Comissão passe a tratar da análise da MP nº 664, será exatamente de tal relator, e este encaminhará aos órgãos técnicos competentes para posteriormente dar resposta a V. Exª.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sim, mas a minha questão de ordem precede à origem da discussão, porque, admitida a inconstitucionalidade, não se iniciará a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Meu caro Deputado, a análise da inconstitucionalidade ou não da medida provisória é de responsabilidade do Presidente do Congresso Nacional.

Instalada a Comissão, está recebida a questão de ordem de V. Exª. Ela será encaminhada aos dirigentes da Comissão, para que encaminhe aos órgãos técnicos da Casa, a fim de que façam a análise e deem a V. Exª a resposta logo em seguida.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, quero que V. Exª remeta diretamente à Presidência do Congresso, porque não é a Comissão que tem de decidir sobre isso, mas sim o Presidente do Congresso. É disso que estou reclamando.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Apesar de o Presidente do Congresso já ter feito a leitura da medida provisória, vou atender a V. Exª e faremos o encaminhamento direto ao Presidente da Casa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

Queria destacar, por gentileza, que pode caber ao relator do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Já foi esclarecido esse detalhe.

Passo a Presidência dos trabalhos para o Senador José Pimentel.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Conto da carochinha, não é Deputado Florence?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Declaro eleito por aclamação o Sr. Presidente José Pimentel e o Vice-Presidente, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Quero agradecer aos nosso Pares a nossa eleição por aclamação, ao nosso Senador Benedito de Lira pela condução dos trabalhos.

Dando continuidade aos trabalhos, designo como Relator e Relator revisor da Medida Provisória os Srs. Eduardo da Fonte, Relator, e, como Relator revisor o Senador Telmário Mota.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, quero conhecer o teor da ata.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – a ata é a eleição.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas quero conhecer o teor da ata. Na próxima reunião, aprovaremos a ata. Não vamos aprová-la hoje não.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sem problemas, não há problemas. É uma ata simples, que consiste na eleição do Presidente e do seu Vice.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, não é tão simples, porque há uma questão de ordem que é fulcral. Por isso, quero aguardar a ata com a questão de ordem, que é constitucional.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Então, nós recebemos a questão de ordem e a ela daremos o tratamento regimental. Será encaminhada ao Presidente do Congresso Nacional. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 1 minuto.)

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 665, DE 2014, PUBLICADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE “ALTERA A LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990, QUE REGULA O PROGRAMA DO SEGURO-DESEMPREGO, O ABONO SALARIAL E INSTITUI O FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT, ALTERA A LEI Nº 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003, QUE DISPÕE SOBRE O SEGURO DESEMPREGO PARA O PESCADOR ARTESANAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2015, ÀS 10H, NO PLENÁRIO Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dez minutos do dia dezenove de março de dois mil e quinze, no Plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 665, de 2014, com a presença dos Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, José Pimentel, Paulo Rocha, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Gleisi Hoffmann, Regina Sousa, Tasso Jereissati e Blairo Maggi; e dos Deputados Paulo Pereira da Silva, Arnaldo Faria de Sá, Glauber Braga, Afonso Florence, Zé Geraldo, Cleber Verde, Gorete Pereira, Celso Jacob, Manoel Junior, Fernando Monteiro, Padre João, Carlos Gomes e Wellington Roberto. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Deputado Zé Geraldo e do Senador Benedito de Lira para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Senador Benedito de Lira, Vice-Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Senador Paulo Rocha como Relator e a Deputada Gorete Pereira como Relatora-Revisora. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e doze minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador José Pimentel, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **José Pimentel**, Presidente Eventual.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 665, de 2014.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, e, em virtude do término da 44ª Legislatura, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa. Informo que foram indicados, pelas Lideranças, para Presidente o Deputado Zé Geraldo e para Vice-Presidente o Senador Benedito de Lira.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovadas.

Declaro eleitos, por aclamação, o Sr. Presidente Deputado Zé Geraldo e o Sr. Vice-Presidente Senador Benedito de Lira.

Convido o Senador Benedito de Lira para dar continuidade aos trabalhos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Gostaria de agradecer aos Deputados e Senadores pela eleição, ao tempo em que designo como Relator da Medida Provisória o Sr. Senador Paulo Rocha e como Relatora revisora a Deputada Gorete Pereira.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da Ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Aprovada a ata, será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 12 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 665, DE 2014, PUBLICADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE “ALTERA A LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990, QUE REGULA O PROGRAMA DO SEGURO-DESEMPREGO, O ABONO SALARIAL E INSTITUI O FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT, ALTERA A LEI Nº 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003, QUE DISPÕE SOBRE O SEGURO DESEMPREGO PARA O PESCADOR ARTESANAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e quinze, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Senhor Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 665, de 2014, com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Otto Alencar, José Pimentel, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Regina Sousa, Telmário Mota e Blairo Maggi; e dos Deputados Marx Beltrão, Paulo Pereira da Silva, Newton Cardoso Jr, Celso Jacob, Manoel Junior, Max Filho, Glauber Braga, Sarney Filho, Afonso Florence, Padre João, Cleber Verde, Carlos Gomes, Gorete Pereira e Wellington Roberto. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião destinada à apreciação dos Requerimentos de Audiência Pública para instruir a matéria. Às quinze horas e oito minutos assume a Presidência o Deputado Zé Geraldo. O Presidente procede a leitura dos Requerimentos de nºs 1, 2, 3 e 4, com as alterações propostas. O Senador José Pimentel apresenta Requerimento para votação em globo dos requerimentos apresentados. Colocados em votação, todos os Requerimentos são aprovados. Usam da palavra os seguintes parlamentares: Senador Paulo Rocha, Senador José Pimentel, Deputado Paulo Pereira da Silva, Deputado Max Filho, Deputado Glauber Braga, Deputado Cleber Verde e Deputado Carlos Gomes. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador José Pimentel, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Deputado **Zé Geraldo**, Presidente.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 665, de 2014.

A presente reunião tem como objetivo apreciação de requerimentos para a realização de audiências públicas, com objetivo de instruir a matéria.

Há sobre a mesa, requerimentos para a realização de audiências públicas que passo a ler.

Requerimento dos Srs. Senadores José Paulo Pimentel e Paulo Rocha: solicita a realização de audiência pública para debater a Medida Provisória 665, de 2014.

REQUERIMENTO

Autoria: José Paulo Pimentel e Paulo Rocha.

Sr. Presidente, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, e o art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Exª que, ouvido o Plenário, seja realizado no dia 7 de abril de 2015 audiência pública para debater a Medida Provisória nº 665, de 2014, que altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 90, que regula o programa de Seguro-Desemprego e Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT, altera a Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Seguro-Desemprego para o pescador artesanal e dá outras providências, convidando para tanto os seguintes representantes das entidades:

Central Única dos Trabalhadores, CUT;

Força Sindical;

Central dos Sindicatos Brasileiros, CSB;

Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil;

Nova Central Sindical de Trabalhadores;

União Geral de Trabalhadores;
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag;
e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos na Pesca e nos Portos;
Confederação dos Pescadores e Aquicultores Artesanais;
e Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho;
Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Com a palavra o Senador Paulo Rocha, autor.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Quero, primeiro, requerer a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Ah, pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Saúdo aqui os nossos componentes, Senadores e Deputados, Senadoras e Deputadas, prosseguindo, nesta segunda reunião, que trata especificamente de organizar os trabalhos desta Comissão, eu, como Relator, proponho ao Plenário, aos nossos pares da Comissão, um processo de discussão e de ausculta de vários setores da sociedade, para que nossos convidados possam consolidar e formar mais as nossas opiniões, para que este Relator e a Mesa da Comissão possamos entrar em processo de negociação com os setores, inclusive com o Governo. Assim poderemos analisar esta Medida Provisória para que não só atenda aos interesses de ajuste da nossa economia, mas principalmente atenda aos interesses dos setores da sociedade que estão envolvidos na discussão da Medida Provisória, no caso, os trabalhadores.

Nesse sentido, proponho, em um primeiro momento desta Comissão, a oitiva desses setores, produto dos requerimentos que aqui estão postos. Num primeiro momento, ouviríamos as organizações dos trabalhadores, as centrais sindicais; num segundo momento, os institutos, os estudiosos, os setores intelectuais que se debruçam sobre esses setores, sobre essas questões, para nos ajudar a formar opinião, e, por fim, por último, a vinda do Governo, dos seus vários Ministros para que, ao final, possamos formar a nossa opinião e propor ao Plenário da Casa uma proposta, a nosso ver, adequada para a solução do problema e a discussão da medida provisória.

Então, essa seria a minha proposta, como Relator, de um processo de trabalho, de estratégia da discussão do assunto.

No que envolve o requerimento de minha autoria e do Senador José Pimentel, o Deputado Paulino Pereira, Paulinho da Força – não é mais Pereira – está propondo também o requerimento para que coincida os nomes. Então, eu acho que dá para agregar e aprovação no mesmo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Considerando a presença do Presidente, transmito-lhe a presidência dos trabalhos.

Foi feita a leitura dos primeiros requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo. PT – PA) – Obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo. PT – PA) – Senador Pimentel tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Quero, primeiro, registrar que, para nós, o Presidente e o Vice fazem parte de uma Mesa que conduz bem os trabalhos. Portanto, os dois têm legitimidade para conduzir os trabalhos sem qualquer dificuldade.

Começo registrando, Sr. Presidente, Sr. Relator, que poderíamos acolher todos os requerimentos de audiências públicas, e, em seguida, V. Ex^a, nosso relator, ordenaria de maneira que tivéssemos nos dias 7, 8 e 9 de abril uma sequência de audiências públicas. Assim, poderíamos trazer aqui o maior número possível de dirigentes de entidades e, em especial, das seis centrais sindicais, do mundo da pesca, trabalho muito forte que o nosso Deputado Cleber Verde faz nessa área. Portanto, faríamos em um dia esta sequência.

A agenda da Medida Provisória nº 665 dialoga muito com a MP 664, cujos nomes já aprovamos, os mesmos nomes, para ouvir lá quarta-feira, dia 8. Qual era a ideia? Que as entidades viessem na terça-feira, primeiro para a 665, porque trala do mundo do trabalho, trata do mundo da pesca, de um conjunto de itens; no dia seguinte, elas estariam na 664, para economizar passagem, tempo e aprofundar o nosso diálogo.

No dia seguinte, na MP 665, dia 8, ouviríamos os especialistas. Estamos convidando o Dr. Márcio, que integra o grupo da Unicamp; Hélio Zylberstajn, da FEA; João Saboia, que é do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Clementino Lúcio que é do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico; e também um representante do Diap, porque o Diap tem todo um acúmulo sobre isso.

E, na quinta-feira, dia 9, se os nossos pares concordarem, faremos uma reunião conjunta entre a Medida Provisória nº 665, e a 664, para ouvirmos os Ministros Nelson Barbosa, do Planejamento; o Ministro Carlos Eduardo Gabas, da Previdência; o Ministro Manoel Dias, do Trabalho; e, também, o Ministro Miguel Rossetto, que está se reunindo com as entidades representativas dos trabalhadores para que eles sejam ouvidos por nós.

Portanto, Sr. Presidente, é uma forma de ouvirmos o máximo da nossa sociedade, para que possamos formar uma ideia crítica e, a partir daí, dialogar com o nosso Relator, com o nosso Relator revisor, com o nosso Presidente e Vice-Presidente, para construir o relatório mais adequado da Comissão.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Para discutir, Presidente, o requerimento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo. PT – PA) – O Deputado Paulo Pereira está inscrito, e a proposta é que, depois da inscrição do Paulo, a Mesa coloque os quatro requerimentos em discussão, e, na hora de aprovar, aproveemos em grupo.

Paulo Pereira tem a palavra.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (SD – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Relator Paulo Rocha e dizer que também estou inteiramente de acordo. O requerimento de S. Ex^a e do Senador Pimentel é mais amplo do que o meu, que é mais restrito. Estamos inteiramente de acordo em ouvir todas as entidades, os técnicos, os institutos, enfim.

Quero, também, cumprimentar alguns sindicalistas, pelos quais, com certeza, esta Comissão será muito frequentada daqui para a frente. Está aqui o José Pereira, Presidente dos Metalúrgicos de Guarulhos e também dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que estão nos acompanhando, e algumas outras categorias.

Primeiramente, quero dizer que já fico satisfeito só de ouvir o Pimentel dizer que estamos aqui para fazer massa crítica com relação a essas medidas provisórias, porque estamos bastante insatisfeitos, os trabalhadores do Brasil, porque a impressão que se tem é de que Governo quer resolver a crise econômica, que se aprofunda a cada dia, em cima só dos trabalhadores ou talvez até por causa de outra medida provisória que recai sobre o setor produtivo, deixando aí outros afortunados de fora.

Então, para iniciar, queremos deixar registrada a nossa insatisfação com relação às duas medidas provisórias e dizer que a Central Sindical de que fui Presidente – estou licenciado – a Força Sindical, simplesmente quer a retirada das medidas, mas acho que vamos ter espaço aqui para conversar, para negociar, para dialogar.

O que não pode é o Governo resolver a crise econômica nas costas dos trabalhadores. Acho que há espaço para negociação, tanto nesta medida provisória quanto na 664, que está reunida aqui do lado. Enfim, quero me colocar à disposição também para dialogar, para conversar. Não podemos sair daqui, no encerramento, principalmente com o Paulo Rocha, que é o Relator, não levando em conta esses aspectos. Tenho certeza de que o Paulo Rocha, que vem também da área sindical, que foi Deputado, que virou Senador de um Estado importante do Brasil, vai levar em conta isso, os seus, a sua turma, desde lá do início.

Sei que a situação econômica não é boa, que o País passa por dificuldade. Agora, passar, por exemplo, o seguro-desemprego de seis meses para um ano e meio é uma penalização muito grande. Praticamente 23 milhões de pessoas vão ser prejudicadas por causa do PIS, os pescadores. Dei uma lida com calma na medida provisória, José Pimentel, vai ser quase impossível um pescador receber o seguro-defeso, quase impossível. O pescador tem que apresentar nota fiscal, o pescador não tem nota fiscal, é artesanal; pode ser que o cara de uma empresa tenha, mas a maioria não tem.

Também, quero, depois, fazer uma série de propostas, Paulo, para consertar o FAT. Fizemos um estudo bastante grande – está aqui comigo, depois passo para V. Ex^a, porque há uma série de distorções que podemos consertar. Talvez esta crise por que estamos passando e essa situação possa servir para melhorarmos as condições do FAT.

Quero agradecer ao Presidente e me colocar à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo. PT – PA) – Eu quero dizer ao Senador Pimentel e aos demais Deputados e Deputadas que tanto o Presidente quanto o Relator conduzirão de forma bastante paciente essa discussão toda, para que nós possamos oportunizar a todas as centrais sindicais, a todos os movimentos sindicais, a todos os especialistas que estão interessados nessa matéria. Então, a semana que V. Ex^a propôs – aquelas datas, dias 7, 8 e 9 – será uma semana intensa. Todas as entidades, movimentos sociais e especialistas estão sendo convidados para essa semana. Tenho certeza de que, da nossa parte, nós não vamos nos preocupar, inclusive, com o tamanho do relatório. Não tem problema.

Eu vou abrir aqui a discussão dos requerimentos, para que os inscritos possam entrar na discussão dos requerimentos.

Em discussão, os requerimentos.

O primeiro inscrito aqui é o Max Filho.

O SR. MAX FILHO (PSDB – ES) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, é apenas para fazer uma sugestão ao requerimento do Senador José Pimentel e Paulo Rocha, quando do comparecimento dos Ministros Nelson Barbosa, da Previdência, do Trabalho, e Miguel Rossetto. A sugestão é incluir o nome do Ministro

da Pesca. Possivelmente, terá algo a nos falar. Envolve também o seguro defeso do pescador. Fica então a sugestão, se for acolhida por parte de S. Ex^{as}.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – De acordo. Está acolhida.

O SR. MAX FILHO (PSDB – ES) – O.k.

Aqui na lista do outro requerimento, que trata das centrais sindicais, ao final, na penúltima linha, item 10, há o representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), e do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. Não sei se seria o caso – consultaria, sugeriria a V. Ex^{as} – a inclusão de algum membro do Ministério Público do trabalho. É uma sugestão, uma vez que a Procuradoria do Trabalho exerce uma função importante na prestação jurisdicional, especialmente aos trabalhadores.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo. PT – PA) – A Mesa acata a proposta.

Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Obrigado, Presidente.

Presidente, Relator Paulo Rocha, Deputado Zé Geraldo, em primeiro lugar, eu queria fazer uma solicitação de procedimento. A gente está tendo hoje a oportunidade de já combinar a realização de audiências públicas para tratar do tema. Só que como as duas medidas provisórias fazem parte de um mesmo pacote, a sugestão que eu gostaria de fazer a V. Ex^a e ao Relator é que, quando a gente partisse para o processo de deliberação, que a gente não tivesse coincidência nas datas e horários das reuniões das duas medidas provisórias, até porque há Parlamentares que são membros e que querem fazer a discussão de uma e de outra medida, e com apresentação de emendas, inclusive, a uma medida provisória e à outra. Então, já de antemão eu gostaria de fazer essa solicitação a V. Ex^a, como coordenador dos trabalhos.

Indo ao mérito do requerimento, Presidente, quero dizer que ele é fundamental. Acho que é mais do que relevante a gente ouvir todas as centrais sindicais e todos aqueles que têm acúmulo no que diz respeito ao mundo do trabalho. Quero dizer, de antemão, que o Senador Paulo Rocha tem uma missão muito difícil. No momento em que o Ministro da Fazenda anunciou em alguns espaços públicos que o ano de 2015 seria provavelmente um ano de recessão ou retração, criar regras que dificultam o acesso do trabalhador ao seguro-desemprego é algo que não pode ser considerado por nós razoável.

E, além disso, Presidente, não podemos ter uma avaliação de que a adoção de medidas, num ano em que se pretende arrocho, sejam aquelas que vão incidir necessariamente sobre o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Já existem propostas, inclusive. O Governo pretende arrecadar, com essas medidas, algo em torno de R\$18 bilhões. Já existem propostas de regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, e dizem que, nessa possibilidade, o Governo teria condições de arrecadar de R\$10 a R\$20 bilhões. Inclusive, nas estimativas mais otimistas, chega-se a R\$100 bilhões.

Então, que tenhamos aqui, na discussão dessas medidas provisórias, muita tranquilidade, muita calma, mas muita firmeza para não penalizar exatamente aqueles que vão precisar de maior apoio do Governo no momento em que se anuncia um ano de crise e, possivelmente, de retração ou recessão. Então, já de antemão, adiantando-nos ao mérito, Presidente, apoiando o requerimento para que as centrais possam ser ouvidas, que tenhamos cuidado na adoção das medidas, que avaliemos emenda por emenda objeto de destaque nesta Comissão, para que a gente não fira de morte o direito dos trabalhadores brasileiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo. PT – PA) – Senador Pimentel, é possível conciliar a proposta?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Claro, não há dificuldade. É porque são muitas emendas. Vamos ter que ter muita paciência em discutir, em conduzir. Nós podemos perfeitamente montar um calendário em que, num dia, esteja uma medida provisória e, no dia seguinte, a outra, para dar tempo.

A ideia é fazer um debate franco, direto. Vamos ter acordo em muita coisa. Vamos ter divergência em outras matéria. E a ideia é que daquilo em que há acordo nós faremos um consolidado. E, no que há divergência, a gente se concentrará nos pontos divergentes, para ver como é que o nosso Relator, Paulo Rocha, nos apresenta uma luz, uma solução disso.

Mas desde já fica o compromisso. Eu sou Presidente da 664 e vou conversar com o Presidente da 665 em seguida, de maneira que, num dia, a gente faça o relatório e, no outro dia, faça o da outra.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo. PT – PA) – Acatada a proposta, Deputado.

A palavra está com o Deputado Cleber Verde, para a discussão dos requerimentos.

O SR. CLEBER VERDE (PRB – MA) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar V. Ex^a pela Presidência desta Comissão desta medida provisória, cumprimentar o nosso Relator, o Senador Paulo Rocha, fazer um registro aqui da presença do Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores, o querido amigo Abraão

Lincoln, que acompanha o início dos trabalhos desta Comissão, e concordar com o encaminhamento de audiências públicas.

A ideia de tirar um dia especialmente para discutir uma das MPs eu acho que otimiza os trabalhos. Acabamos de vir da 664 e estamos aqui na 665. Se deixarmos para o mesmo dia, vai atrapalhar. Portanto, um dia especialmente, Pimentel, para um debate amplo da medida provisória vai ser importante para nós.

Eu queria fazer uma solicitação. V. Ex^a já fez a inclusão do Ministro Helder Barbalho. Portanto, já atende a uma solicitação nossa de fazer a inclusão do Ministro Helder Barbalho.

É óbvio que vamos discutir isso em momento oportuno. Mas, além do seguro-desemprego, que, como disse o Deputado Paulinho da Força, penaliza severamente o trabalhador, também temos uma preocupação muito grande com os nossos pescadores. E vejo que a missão do nosso Senador Paulo Rocha e do nosso Deputado José Geraldo não é uma missão tão fácil – como não é a nossa também – especialmente porque o Estado do Pará é o que tem o maior número de pescadores. E sabemos que, aprovada a MP da forma como está, ela vai penalizar os pescadores do Brasil inteiro, de forma especial os pescadores do Estado do Pará, do Maranhão, um Estado do qual eu faço parte.

O seguro-defeso, sabemos, é dado ao pescador quando ele é proibido de pescar. Diferentemente do seguro-desemprego, o seguro-defeso tem um caráter alimentar para esse trabalhador, no momento em que o Governo, para perpetuar uma espécie, o proíbe de pescar.

Portanto, retirar do trabalhador esse benefício vai ser uma penalização muito forte aos pescadores do Brasil.

Além disso, que os instrumentos exigidos para a garantia deste benefício são instrumentos que o trabalhador, principalmente o pescador artesanal do Pará, do Maranhão não tem. Ele não vai fazer a juntada desta documentação o que, portanto, vai dificultar muito a obtenção deste benefício. Assim, entendemos que esta mudança vai penalizar severamente os trabalhadores, principalmente os do setor da pesca.

Portanto, creio que vamos fazer aqui um bom debate ao ouvir todo o setor e creio que podemos, sim, através do entendimento, do diálogo, buscar a correção e a garantia dos direitos dos trabalhadores.

Já levamos isso, inclusive já fizemos uma discussão disso no Maranhão, dessa MP, com o setor. E o setor nos fez uma solicitação para externar à Presidência da República a retirada desta MP, mas, uma vez que estamos aqui debatendo sobre ela, creio que podemos, pelo menos, corrigi-la, a um bom termo que possa garantir os direitos dos trabalhadores.

É uma opinião que poderemos manifestar em um momento oportuno, mas, neste momento, Sr. Presidente, quero concordar com o andamento da condução dos requerimentos para as devidas audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo. PT – PA) – Muito bem, não tendo...

V. Ex^a está inscrito?

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CARLOS GOMES (PRB – RS) – Sr. Presidente, Deputado Zé Geraldo, primeiramente quero também parabenizá-lo pela condução dos trabalhos e pela organização das audiências públicas.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de sugerir, para apreciação do nosso Senador José Pimentel, que propôs o requerimento... quem está propondo essas medidas para o ajuste fiscal é o nosso Ministro Joaquim Levy, porque ele tem a sua meta para cumprir. E eu acho que seria interessante convidá-lo, porque normalmente nós, que já diversas vezes conversamos com secretários e com o Ministro que cuida do cofre, sabemos que eles, por vezes, são até insensíveis porque eles têm que cumprir algumas metas.

Eu acho interessante convidá-lo para participar desses debates, dessas audiências com os pescadores, com as classes dos trabalhadores para que possa ter a noção exata do que essa MP poderá causar na vida dos trabalhadores, sobretudo dos pescadores – aqui eu faço coro com a fala do Cleber Verde, do Paulinho, da Força –, o que irá impedir que os pescadores possam acessar o seguro-defeso uma vez que remete para o INSS o acesso a esse seguro.

Então, eu queria só sugerir o nome do Ministro Joaquim Levy.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo. PT – PA) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Veja, a nossa intenção, ao listar estes Ministérios, deve-se ao fato de que eles dialogam direto com a execução, com a implementação. E a intenção nossa, aqui, era dar um tempo maior a cada Ministro, para apresentar as alterações, as modificações.

Já o outro cuida do Tesouro. Se nós o trouxermos aqui, ele vai simplesmente dizer: “Não, não, não, não, não”. E não vai permitir que a gente construa um consenso mínimo para, em seguida, apresentar como solução.

É por isso que eu não o trouxe. Como eu já sei que, independentemente de Governo, o pessoal do Tesouro é para dizer “não”, é que resolvi convidar aqueles que vão nos propor para que, em bloco, enfrentemos esse outro debate.

Foi só por isso.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo. PT – PA) – Entendeu, caro Deputado Carlos Gomes?

O SR. CARLOS GOMES (PRB – RS) – Entendi perfeitamente.

Entendi que o Senador entende que o “não” nós já temos. Temos que trazer os Ministros para construir o “sim”.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo. PT – PA) – Está bom.

O SR. CARLOS GOMES (PRB – RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo. PT – PA) – Está bom. Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Eu queria...

O companheiro Deputado que saiu há pouco disse que a minha tarefa é muito difícil. Eu queria também falar diretamente para o Paulinho, companheiro aqui, a frase que o Pimentel colocou da questão do acúmulo de massa crítica.

Quero dizer que já inicio a minha relatoria com uma massa crítica razoável, igual a sua, inclusive. Cheguei aqui, neste Congresso, pelo que estou olhando aqui, o mais velho é o Benedito de Lira...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O Senador Benedito tem juventude acumulada, porque se...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Não é mais velho na idade, estou falando na Casa.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Porque se disser isso, eu também vou junto aqui. *(Risos.)*

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Estou falando na Casa. Cheguei aqui, Paulinho – você sabe a nossa história, estivemos juntos em vários embates –, cheguei aqui exatamente no período da chamada regulamentação da Constituição brasileira. Estávamos saindo do mandato da Constituinte e eu vim para cá. cheguei aqui em 91 com regulamentação da Constituição brasileira.

O que me move – por isso topei, inclusive, ser Relator e avisei ao meu Governo, por meio do Líder Pimentel, que eu topava fazer esse trabalho – é poder mediar esses interesses.

O Governo deveria ter feito isto primeiramente, ao mandar uma medida provisória que mexe com os direitos dos trabalhadores: primeiro negociar com os trabalhadores para mandar a medida. Eu me propus a fazer isso. Eu acho que há margem e condições exatamente com essa massa crítica da qual tanto o Pimentel quanto o Paulinho falou.

Cheguei aqui como humilde trabalhador gráfico, não tinha o poder que os metalúrgicos e bancários, na época, tinham, mas cheguei aqui como um deputado forte da minha região e gráfico. Portanto, a minha intenção aqui é exatamente não deixar que os ganhos que tivemos e colocamos na Constituição brasileira sejam detonados ou tirados por leis ou medidas provisórias que pretendam atender conjuntamente a nossa economia ou o nosso processo. Então, isso me move.

Segunda coisa, Cléber e Abraão, faço parte dessa questão dos pescadores, não só por causa da minha região, mas porque, na época da criação do seguro-defeso, fui um dos seus autores. Éramos quatro deputados que tivemos a iniciativa da criação do seguro-defeso: eu, o Deputado Adão Pretto, a Deputada Luci Choinacki e um Deputado do PMDB do Rio Grande, o Branco, Deputado que estava aqui na época, era de origem de pescador. Na época, estava se regulamentando a Constituição, repito, e veio pela carona do seguro-desemprego, cujo relator, à época, era o então Deputado José Serra.

Entramos com uma emenda e acrescentamos na regulamentação do seguro-desemprego essa questão do seguro-defeso. Portanto, saberei dialogar com o Governo e saberei atender e manter os interesses dos nossos pescadores.

Então, só para dizer...

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (SD – SP) – Presidente, Presidente, só uma pergunta ao Relator: quantas emendas há na medida provisória?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Seiscentos... Duzentos e trinta e três.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo. PT – PA) – Não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito, coloco em votação os requerimentos e as sugestões apresentadas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, solicito votação em globo.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo. PT – PA) – O requerimento de votação em globo com as sugestões.

Os Parlamentares que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Dia 07 são os trabalhadores, por meio das Centrais; dia 08, os pesquisadores e estudiosos, os especialistas; e dia 09 Comissão conjunta das duas medidas provisórias, o Governo...

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo. PT – PA) – Ministro Nelson Barbosa, Carlos Eduardo Gabas, Ministro Manoel Dias, Ministro Miguel Rossetto e Helder Barbalho. Não é isso?

Antes do encerramento dos nossos trabalhos, proponho a aprovação da ata desta Reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e irá à publicação.

Está encerrada a presente sessão e agradeço a presença de todos.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 30 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 668, DE 2015, PUBLICADA EM 30 DE JANEIRO DE 2015, QUE “ALTERA A LEI Nº 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004, PARA ELEVAR ALÍQUOTAS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP-IMPORTAÇÃO E DA COFINS-IMPORTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2015, ÀS 10H10MIN, NO PLENÁRIO Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte minutos do dia dezenove de março de dois mil e quinze, no Plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 668, de 2015, com a presença dos Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, José Pimentel, Antonio Anastasia, João Capiberibe, Walter Pinheiro e Blairo Maggi; e dos Deputados Manoel Junior, Jorge Côrte Real, Edio Lopes, Paulo Folleto, Afonso Florence, Padre João, Walter Ithoshi, Celso Russomanno, Junior Marreca, Lelo Coimbra, Weliton Prado, Wellington Roberto. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Senador Antonio Anastasia e do Deputado Padre João para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Senador Antonio Anastasia, Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Deputado Manoel Junior como Relator e o Senador Acir Gurgacz como Relator-Revisor. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Thiago Castro, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Benedito de Lira, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente Eventual.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 668, de 2015.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias e em virtude do término da 54ª Legislatura, a presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a relatoria sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Como houve acordo entre as Lideranças das duas Casas para eleição da Mesa, informo que foram indicados pelas Lideranças, para presidir, o Senador Antonio Anastasia, e, para Vice-Presidente, o Deputado Padre João.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. (*Pausa.*)

Os Srs. Parlamentares que concordam com a eleição dos dirigentes da Mesa desta Comissão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro eleitos, por aclamação, o Sr. Presidente, Senador Antonio Anastasia e Vice-Presidente, o Deputado Padre João.

Passo a presidência da Comissão ao Sr. Senador Antonio Anastasia. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB – MG) – Bom dia, Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Primeiro, um agradecimento pela designação, eleição e confiança dos senhores para a presidência desta Comissão.

Gostaria de designar como Relator da medida provisória o Deputado Manoel Junior e, para Relator revisor, o Senador Acir Gurgacz.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da Ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 23 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 670, DE 2015, PUBLICADA EM 11 DE MARÇO DE 2015, QUE “ALTERA A LEI Nº 11.482, DE 31 DE MAIO DE 2007, PARA DISPOR SOBRE OS VALORES DA TABELA MENSAL DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DA PESSOA FÍSICA; A LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988; E A LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2015, ÀS 10H20MIN, NO PLENÁRIO Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia dezenove de março de dois mil e quinze, no Plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 670, de 2015, com a presença dos Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Humberto Costa, Benedito de Lira, Paulo Rocha, João Capiberibe, Walter Pinheiro, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi; e dos Deputados Manoel Junior, Afonso Florence, Vicente Candido, Celso Russomanno, Fernando Coelho, Arnaldo Faria de Sá, Luis Carlos Busato, Veneziano Vital do Rêgo, Erika Kokay e Wellington Roberto. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Deputado Afonso Florence e do Senador Walter Pinheiro para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Afonso Florence, Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Senador Eunício Oliveira como Relator e o Deputado Manoel Junior como Relator-Revisor. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Thiago Castro, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Benedito de Lira, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente Eventual.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 670, de 2015.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, e em virtude do término da 54ª Legislatura, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a relatoria ficará sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa.

Informo que foram indicados pelas Lideranças, para Presidente, o Deputado Afonso Florence e, para Vice-Presidente, o Senador Walter Pinheiro.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com a indicação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Declaro eleitos, por aclamação, Presidente o Deputado Afonso Florence e Vice-Presidente o Senador Walter Pinheiro.

Convido o Deputado Florence a assumir a Presidência. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT – BA) – Bom dia, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, demais presentes, Presidente Benedito de Lira, Deputado Marquezelli, agradeço a eleição por aclamação.

Designo, como Relator e Relator revisor da Medida Provisória 670, respectivamente, os Srs. Senadores Eunício Oliveira, Relator, e Relator revisor o Deputado Manoel Junior.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da Ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar....

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, a relatoria poderia... Não, esta é a 670, não é isso, Presidente Florence?

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT – BA) – Sim, senhor, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Poderia já mencionar o nome do Relator desta MP?

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT – BA) – Já designei Relator o Senador Eunício Oliveira. Como Relator revisor, designei – certamente, consta das notas taquigráficas – o Deputado Manoel Junior, por acordo de Lideranças.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – *(fora do microfone.)* -... ao PMDB.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – O.k., muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT – BA) – Obrigado, Senador.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.)

Edição de hoje: 20 páginas
(O.S. 11217/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

